



Revista
de Psicologia

ISSN 2179-1740

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PODER DE AGIR DO TRABALHADOR

CONTRIBUTIONS OF HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY FOR THE POWER TO
ACT OF THE WORKER

Pamella Beserra de Melo¹
Mariana Aguiar Alcântara de Brito²
Cássio Adriano Braz de Aquino³
Veriana de Fátima Rodrigues Colaço⁴

Resumo

Este artigo pretendeu demarcar as bases histórico-culturais da Clínica da Atividade como uma proposta de Psicologia Social do Trabalho que enseja a ampliação do poder de agir do trabalhador e consequente ampliação de seu potencial de saúde. O método utilizado foi uma pesquisa bibliográfica que articulou as elaborações de Vygotski sobre o desenvolvimento da atividade com a contribuição de Clot sobre o poder de agir do trabalhador. Também utilizou-se de pesquisa no portal da CAPES através dos descritores Clínica da Atividade e Psicologia, Poder de Agir, Atividade, Psicologia Histórico-cultural, selecionando os artigos publicados nos últimos dez anos. Como resultados aponta-se para a relação indissociável entre atividade e subjetividade, para a reverberação do poder de agir na produção da saúde do trabalhador e para a importância do resgate da matriz teórico-metodológica da Psicologia histórico-cultural como cerne da Psicologia social. Conclui-se que a produção de sentido e sua articulação com a afetividade são dispositivos éticos na construção permanente de uma psicologia comprometida com a transformação da realidade e com o desenvolvimento da atividade como caminho de saúde.

Palavras-chave: Atividade; trabalho; psicologia social.

Abstract

This article aimed to demarcate the historical-cultural bases of Activity Clinic as a proposal of Social Psychology of Work that provokes the amplification of the worker's power to act and consequent expansion of his health potential. Methodologically this was a bibliographical research that articulated Vygotsky's elaborations on the development of the activity with Clot's contribution on the power to act of the worker. We also used research on the CAPES portal through the descriptors Clinical Activity and Psychology, Power to Act, Activity, Historical-cultural Psychology, selecting articles published in the last ten years. As results, we point to the inseparable relationship between activity and subjectivity, to the reverberation of the power to act in the production of worker's health, and to the importance of the rescue of the theoretical-methodological matrix of historical-cultural Psychology as the core of Social Psychology. It is concluded that the production of meaning and its articulation with affectivity are ethical devices in the permanent construction of a psychology committed to the transformation of reality and to the development of activity as a path of health.

Keywords: Activity; work; social psychology.

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil. Email: pamellamelo_@hotmail.com. Endereço: Rua Antonio Augusto, nº 575, Apto. 903 – Meireles, Fortaleza, Ceará, CEP. 60.110-370

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará–UFC, Brasil. Email: marianapsiorg@gmail.com

³ Professor da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil. Email: brazdeaquino@gmail.com

⁴ Professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil. Email: verianac@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tese de que toda psicologia é social há muito vem sendo defendida como unidade mínima de análise de qualquer área da psicologia. No entanto essa assertiva tem implicações não só teórico-metodológicas, mas predominantemente éticas (Sawaia, 2002).

Somente essa compreensão não é suficiente para firmar bases sólidas, visto que há diversas concepções em torno do social no âmbito das práticas psicológicas. Barros (2012) aponta para o caráter polissêmico da categoria social e identifica ao menos quatro de suas acepções.

A primeira concepção de social é compreendida como campo de ação assistencial com foco prioritário em populações carentes ou excluídas. A segunda compreende social como objeto de conhecimento, ligado a noção de território, uma situação de risco e de vulnerabilidade. A terceira concepção implica na atuação do psicólogo que vai lidar não com um indivíduo, mas com um coletivo e por fim, a proposta de Vygotski de um social constitutivo do humano, presente em sua dimensão intra e interpessoal (Barros, 2012).

A psicologia social aqui defendida tem como matriz epistemológica o materialismo histórico dialético e configura-se como uma práxis que objetiva o desenvolvimento da consciência social crítica e da potência de ação transformadora da realidade (Sawaia, 2002).

Essa concepção de psicologia vem sendo resgatada nos últimos quarenta anos na realidade brasileira dentre outras influências a partir do acesso as obras dos psicólogos russos, Vygotski, Luria e Leontiev o que tem gerado revisões nos diversos campos da Psicologia. Como por exemplo, na psicologia organizacional e do trabalho que ao adotar essa proposta como referencial teórico e metodológico abre espaço para o campo da psicologia social do trabalho debruçar-se sobre questões relativas à relação entre trabalho e subjetividade, além de outros campos e possibilidades de atuação, diálogo e produção do conhecimento (Gonzalez Rey, 2007; Sena & Silva, 2004).

Assim, a questão norteadora desse trabalho se apresenta: é possível pensar uma psicologia social e crítica do trabalho? E quais as bases sociais do poder de agir do trabalhador? Quais as implicações dessa compreensão para a saúde do trabalhador?

Este trabalho justifica-se posto ser crucial o resgate de uma psicologia social crítica voltada para o protagonismo do trabalhador e para a revitalização e cuidado com o trabalho. Historicamente, a psicologia tem contribuído muito mais no sentido de classificar

“sujeitos em saudáveis ou não saudáveis, aptos ou não aptos para o trabalho” (Grisci & Lazzarotto, 1998, p. 231), atuando como mantenedora de uma estrutura social tida como imutável e natural (Farr, 2013).

Sendo assim, é necessária uma nova abordagem de análise do trabalho, que leve em consideração a relação entre a saúde e a subjetividade dos trabalhadores (Borsoi, 2007). A Clínica da Atividade é uma dessas abordagens e foi criada por Yves Clot, a partir da década de 1990, influenciada pela teoria histórico-cultural de Vygotski, dentre outras influências. Essa abordagem prioriza a dimensão social do trabalho, com foco na saúde (Clot, 2010).

Desta forma os objetivos desse trabalho são demarcar as bases histórico-culturais da Clínica da Atividade como uma proposta de Psicologia Social do Trabalho e apresentar de que forma esta abordagem pode contribuir para a ampliação do poder de agir do trabalhador e para o desenvolvimento da atividade como caminho de saúde.

2 MÉTODO

Foi realizado um estudo teórico com foco nas elaborações de Vygotski sobre o desenvolvimento da atividade e sua relação com a afetividade e a contribuição de Clot sobre as bases sociais do poder de agir do trabalhador a fim de responder as questões aqui propostas, como instrumentos norteadores desse estudo.

A revisão bibliográfica aqui utilizada objetiva organizar, integrar e avaliar estudos relevantes sobre determinado tema e devem esclarecer um determinado problema, sumarizar estudos já realizados e informar aos leitores o que já é conhecido sobre o assunto, seus avanços e lacunas existentes, ao mesmo tempo em que condensa aspectos importantes sobre o problema em questão (Hohendorff, 2014).

Para isso foi realizada uma pesquisa no portal de periódicos da CAPES no primeiro semestre de 2016 utilizando os descritores Clínica da Atividade e Psicologia, Poder de Agir, Atividade, Psicologia Histórico-cultural onde foram selecionados os artigos nacionais publicados nos últimos dez anos. A escolha por artigos nacionais se deu pela intenção em discutir essa temática a partir do nosso contexto e seus impactos para o saber-fazer em psicologia no Brasil. O estudo desse material possibilitou a articulação entre as bases histórico-culturais de Vygotski e sua fundamentação para uma Psicologia Social do Trabalho.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

Em nossa pesquisa a categoria atividade aparece como um construto fundamental para a compreensão do trabalho, contudo, ao longo da trajetória da Psicologia Organizacional e do Trabalho, essa categoria, tem se reduzido à esfera do comportamento, seja pela tradição comportamentalista, seja pelo viés cognitivista, deixando de lado a dimensão mediada da ação no trabalho e seu papel do desenvolvimento psicológico e na saúde (Bendassolli, 2012).

A teoria da atividade derivada dos estudos de Vygotski e sistematizada por Leontiev serve de base ao processo formativo do psiquismo humano, contudo é alvo de críticas, voltadas notadamente a prevalência do meio externo na formação do psíquico, omitindo a dimensão dialética que permeia essa construção (Piccolo, 2012).

A atividade é compreendida como estruturante do conceito de trabalho e a participação dos trabalhadores é enfatizada como condição fundamental para garantir o bem-estar, a segurança e a eficácia, no entanto, essa participação não deve ser restrita a finalidades técnico-productivista e sim como uma perspectiva real de transformação dos contextos de trabalho. Além disso, é imperioso incluir aspectos afetivos e sociais na discussão da atividade, visto que esta tem sido tomada privilegiando os aspectos motores e cognitivos (Ferreira, 2015).

A partir desses achados, os resultados que se seguem discutem a articulação entre a teoria da atividade e sua atualização a partir da proposta da Clínica da Atividade de Yves Clot como ampliação do poder de agir do trabalhador e resgate da saúde.

3.1 Atividades real: entre a atividade realizada e o real da atividade

Yves Clot entende que a subjetividade humana deve ser estudada a partir da revisão da concepção de atividade, que ganha força como conceito a ser estudado pela psicologia a partir da Teoria da Atividade de Leontiev, e que aqui também é reconhecida como uma relação entre o real, o realizado e a ação do sujeito sobre si, sobre o objeto e sobre o outro, que pressupõe desenvolvimentos possíveis e impossíveis. Nos dizeres de Leontiev (1978, s/p)

[...] chamamos de atividade um processo que é eliciado e dirigido por um motivo - aquele no qual uma ou outra necessidade é objetivada. Em outras palavras: por trás da relação entre atividades, há uma relação entre motivos. Assim, chegamos à

necessidade de nos voltarmos para a análise dos motivos e para a consideração de seu desenvolvimento, de sua transformação, o potencial para dividir sua função e aquele de seus deslocamentos [...]

Desta forma, Clot vai criticar as concepções que opõem subjetividade e atividade e irá propor uma solução dialética para ambas. E a partir das proposições de Leontiev, Clot afirma que: “É por isso também que um objetivo prescrito pode ver-se subvertido e um signo ou um instrumento, reciclados [...] o sentido da ação de modo algum está contido em potência nas palavras, nos conceitos, nos instrumentos ou nas regras” (2007, p. 121), mas sim na vida, não restrita ao trabalho, mas abrangendo a família e as demais pré-ocupações do sujeito. Quando o sujeito executa uma ação ele normalmente não se dá conta dos motivos que a evocaram ou o induziram a agir de tal ou qual forma. A atribuição de um sentido nem sempre contém seu motivo verdadeiro (Leontiev, 1978).

Assim, para o autor “o trabalho não é uma atividade entre outras”. Ele busca defini-lo a partir da sua função psicológica, como a “atividade mais humana que existe” (Clot, 2007, p. 69), uma vez que somos a única espécie que realiza trabalho, a partir do qual nos reconhecemos, somos reconhecidos e nos realizamos como ser social.

Assim, a função psicológica do trabalho alinha-se a concepção de trabalho proposta por Marx e apropriada por Vygotski de que é através do trabalho que o homem fixa e transmite as gerações seguintes o patrimônio historicamente acumulado no decurso da humanidade. Então a função psicológica do trabalho reside nesse patrimônio fixado e na atividade responsável pela conservação e renovação desse patrimônio, por meio da qual ao modificar a natureza o homem modifica a si mesmo criando novas necessidades e novas possibilidades ao gênero humano. O trabalho é, assim, meio de sustentação do sujeito psíquicos (Clot, 2007).

Ao destacar o conceito de atividade empregado por Clot (2010) ressalta-se que se propõe uma distinção entre tarefa e atividade, como aquilo que deve ser feito e aquilo que realmente se faz. E naquilo que é realizado deve-se levar em consideração ainda aquilo que deixou de ser feito, portanto uma gama de possibilidades imprevistas e possíveis de serem acessadas, somente, através dos métodos de intervenção dialógicos e indiretos dos quais falaremos mais adiante.

Clot (2010) avança nessa discussão ao situar o conceito de atividade real que se inscreve entre o real da atividade, aquilo que se poderia ter feito, mas não o

fez por inúmeros motivos, e a atividade realizada, aquilo que é visível, aquilo que se faz. A atividade impedida, contrariada, suspensa, bloqueada deve, portanto, fazer parte na análise do trabalho, já que “o realizado não tem o monopólio do real” (Clot, 2010, p. 105). A atividade aqui é entendida não como objeto da tarefa, mas também como aquela que se volta para a atividade dos outros nos quais se baseiam para realiza-la, como também para as suas próprias outras atividades.

Assim, o autor critica as teorias que propõe uma adaptação dos sujeitos ao prescrito, que se propõem apenas a identificar que não há uma sobreposição entre prescrito e real, de um lado, devido a fatores cognitivos de limites do trabalhador quanto as suas competências e conhecimentos e, de outro, pela questão de uma oposição do trabalhador à lógica de funcionamento ante a organização e suas prescrições (Clot, 2007).

O prescrito, enquanto aquilo que está determinado pela organização nos manuais, nos modos de proceder, nos processos de trabalho vai ser vivenciado de formas diferentes pelos trabalhadores, uma vez que eles possuem uma série de pré-ocupações que extrapolam sua relação direta com o trabalho e adentram outras dimensões de vida. Clot (2007) assume a concepção de homem como ser ativo, criador, e não um mero reprodutor de ordens e prescrições, assim entende que “graças à atividade de regulação efetuada pelos trabalhadores, a tarefa efetiva nunca é a tarefa prescrita” (p.61). Porém tal regulação pode não se efetivar ou falhar, ou ainda, ser capturada, absorvida pela organização do trabalho exigindo do trabalhador uma constante reinvenção, quando esta cessa surgem as psicopatologias.

Clot apropria-se da perspectiva vygotskiana ao propor a atividade triplamente dirigida como menor unidade de análise possível em Clínica da Atividade. Tal proposição baseia-se no princípio proposto por Vygotski (2001) de superar o atomismo na análise científica e encontrar unidades mínimas que mantenham as propriedades do funcionamento psicológico.

Clot (2010, p.190) ressalta ainda que a atividade dirigida, como unidade base da análise psicológica, é uma “atividade voltada, simultaneamente, para seu objeto e para a atividade dos outros que incide sobre esse objeto, uma atividade que intervém, igualmente, nas relações entre eles e, que pode, aliás, ser capaz de desenvolvê-las”.

Desta forma, é que a atividade precisa de um sujeito para existir, cuja mediação se dá através do gênero profissional (Clot, 2007). Este é responsável por revitalizar a ação, junto com o estilo profissional. Ambos são duas das quatro dimensões do ofício para a Clínica da Atividade, que ainda conta com a dimensão

impessoal e a interpessoal, esta corresponde aos diálogos e interações que se estabelece com outros profissionais para que as ações possam se desenvolver, enquanto a dimensão impessoal se refere às normas e procedimentos institucionais, ao prescrito pela organização de trabalho e as condições impostas à execução da atividade.

A dimensão transpessoal corresponde ao gênero profissional e representa as regras implícitas construídas e partilhadas pelo coletivo de trabalho que também orientam a ação dos sujeitos. Já na dimensão pessoal, o estilo profissional, o trabalhador reinventa e recria o gênero profissional, imprimindo sua marca a este, contribuindo para renová-lo.

Nesta concepção a atividade de um reverbera na atividade de outro e assim sucessivamente. Mesmo que não haja, outro presente, o sujeito não está só. Através da sua ideia de social, Clot nos traz a noção de que os trabalhadores não precisam estar juntos fisicamente para haver uma interação, esse intercâmbio, através da cultura profissional partilhada elemento do gênero profissional, uns se fazem presentes na atividade de outros. Nas palavras de Clot (2007, p. 97): “A atividade de trabalho é assim dirigida aos outros depois de ter sido destinatária da atividade destes e antes de o ser de novo”.

Desta forma é que ao se analisar a atividade de um trabalhador deve-se recorrer aos demais trabalhadores e suas respectivas atividades, bem como as inter-relações e intercâmbios mantidos e partilhados ou não por esses através do gênero profissional.

Ao estabelecer-se a unidade de análise, Clot (2007) chama atenção para o cuidado necessário com o recorte que é estabelecido, uma vez que tal escolha deve se dar de forma rigorosa metodológica e teoricamente, a fim de não reduzir, fragmentar, decompor o sujeito, como muitas vezes acontece na psicologia ao separar mecanicamente as funções psíquicas e em seguida as justapor, como se assim fosse possível conservar as suas propriedades. Vygotski alerta para a necessidade de abarcá-las em sua totalidade e em seu movimento, de forma dialética (Vygotski, 2000).

Assim, Clot (2007) ressalta que ao optar pela atividade triplamente dirigida como unidade de análise, opta-se pelo conflito como ponto de partida da pesquisa, uma vez que é nesta ou através desta que se acessam os vários desenvolvimentos possíveis na atividade dos sujeitos, para além das possibilidades realizadas. E mais uma vez recorre a Vygotski (2007, p. 94): “diremos que o desenvolvimento alcançado pela atividade do sujeito que trabalha é um sistema de ações que venceram”.

Desta forma o conflito aparece nesta teoria como uma tensão entre os três polos da atividade do sujeito, que para manter-se criativo, precisa sair ou libertar-se dos outros dois, a fim de permanecer sujeito da ação (Clot, 2007). Para ele agir é:

Se impedir de fazer aquilo que requerem isoladamente as pré-ocupações pessoais, a tarefa e o outro. A ação consiste em se desembaraçar desses pressupostos da atividade separando-se de algumas no momento mesmo em que se recorre a outras como recursos. Logo, o conflito vem em primeiro lugar. (2007, p. 100).

O conflito existe, portanto, na referência do passado – gênero profissional; no futuro projetado – no sujeito e sua intencionalidade; na atividade em desenvolvimento – objeto da ação e entre estes (CLOT, 2007).

Por isso que na análise do trabalho deve se considerar os empecilhos à ação do sujeito e compreender como estes agem para escapar a eles, quais estratégias e recursos utilizados, como se apropria do meio, do coletivo, do gênero para ultrapassar esses bloqueios a sua ação.

Assim, a unidade de análise em Clínica da Atividade pode ser tomada como uma célula viva, uma vez que a ação do sujeito se dá numa arena de conflitos, em que as atividades contrariadas fazem parte de uma dinâmica a cada momento há uma atividade vencedora que irá se sobrepor as demais (Clot, 2007).

3.2 O desenvolvimento do poder de agir em situações de trabalho

A Clínica da Atividade configura-se como uma teoria psicológica da ação fundada a partir das bases da teoria histórico-cultural de Vygotski. Esta ação nasce da atividade que pode ampliar a experiência do sujeito ou, caso seja contrariada e até mesmo reprimida em seu curso, ocasionar um desenvolvimento impedido (Clot, 2007).

Esta clínica almeja transformar para compreender e tem como objeto de estudo o desenvolvimento da atividade, sua história, empecilhos, conflitos que podem ser geradores de saúde e/ou de sofrimento (Clot, 2007).

Vygotski (1991) ao estudar os significados da crise da Psicologia em busca de uma Psicologia geral discute acerca do desenvolvimento da ciência e algumas de suas considerações podem ser contextualizadas em relação ao desenvolvimento da

atividade. Este desenvolvimento deve ser investigado de forma dialética partindo do superior ao inferior, do atual ao antigo, no intuito de revelar sua história e possibilidades de seu devir. Nesse processo é comum o aparecimento de crises que podem ser geradoras de regressões que devem ser compreendidas como potência para a superação dos conflitos.

Em termos históricos da situação de trabalho, no sistema Taylorista o controle dos gestos do trabalhador impunha uma repressão em sua atividade. No modelo contemporâneo de trabalho a hiper exigência não apenas dos movimentos mais das dimensões psíquicas do trabalhador fazem prescrever sua iniciativa e mobilização subjetiva transformando-se em prescrição da subjetividade. A atividade impedida ou sua redução à tarefa e ao prescrito ocasionam sofrimento e possíveis patologias do trabalho, no entanto, a atividade não pode ser aniquilada, mas deslocada ou alienada de seu fim (Clot, 2013).

Na atualidade este modelo de produção híbrido com prescrições e convite a autonomia repercutem em vivências de impotência, ressentimento, melancolia ou mesmo euforia profissional. Essas tensões psíquicas são ampliadas quando o trabalhador é um profissional da área de serviços e precisa acolher demandas sociais, de outro. A pressão por tempo e a quantidade crescente de atendimentos resulta muitas vezes na amputação da atividade. Assim, o sofrimento se manifesta “pela diminuição, e mesmo pela destruição do poder de agir, do poder-fazer, sentidas como atentado a integridade de si” (Clot, 2007, p.173).

Vygotski (2000) ao estudar as deficiências em crianças acreditava que as privações culturais estariam no cerne das questões relativas às psicopatologias e que o ser humano possuía uma plasticidade para lidar com suas limitações e ampliar por vias colaterais seus caminhos de saúde. Para isso, sugere o método desenvolvimento-experimental ou a metodologia histórico-desenvolvimentista, uma experimentação clínica e social no intuito de provocar um processo de desenvolvimento psicológico através do estudo da gênese e das bases dinâmico-causais do problema em questão e de enfatizar a alteridade fundante do sujeito. O estudo da gênese implica em uma investigação histórica em seu processo de mudança, “é somente em movimento que um corpo mostra o que é” (Vygotski, 2007, p. 68; Clot, 2014).

O desenvolvimento:

é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou

transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos [...] (Vygotski, 2007, p. 80).

O que diferencia o desenvolvimento animal do desenvolvimento humano é que este parte do desenvolvimento histórico da humanidade. O desenvolvimento natural e cultural estão entrelaçados, porém são qualitativamente diferentes. Implica em uma construção decorrente da interação mediada, associada à capacidade de criação humana. “O homem está repleto, em cada instante de possibilidades não realizadas” (Vygotski, 2003, p.74; Sawaia, 2014).

Este desenvolvimento não é “uma simples progressão, mas, uma metamorfose das funções psicológicas” (Clot, 2010, p.31) e implica em diferentes níveis que vão desde o nível biológico nos planos filogenético e ontogenético ao nível cultural nos planos social e microgenético, na singularidade do sujeito. Esse processo é mediado pelo outro, e o sujeito só se constitui como tal, quando faz sozinho e de outra forma, o que já havia experimentado com os outros, processo este que faz referencia a zona de desenvolvimento proximal (Toassa, 2014).

Este conceito é crucial para a Psicologia histórico-cultural, pois aponta para uma perspectiva futura de desenvolvimento, distinguindo o nível de desenvolvimento real que é caracterizado pelo desenvolvimento mental já adquirido pelo sujeito; do desenvolvimento potencial em que estão presentes as bases desse desenvolvimento em seu estágio inicial. No primeiro estágio o sujeito consegue realizar atividades por si mesmo e no segundo, o sujeito só realiza a atividade com a ajuda ou colaboração de outro. “O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente” (Vygotski, 2007, p. 113).

Na atividade de trabalho, a mobilização psicológica não é diferente, ela se dá por intermédio da atividade dos outros, quando o trabalhador pode comparar-se e apoiar-se no que foi feito ou refeito por seus pares ou superiores hierárquicos. “A atividade mediatizada permanece assim mediatizante, fonte de ligações renováveis” (Clot, 2010, p. 23).

Contudo, organizações de trabalho fruto do modelo neoliberal de gestão que priorizam as demandas do capital em detrimento de sua função social, enfatizando a flexibilização e a precarização do trabalho, são ambientes desfavoráveis ao

desenvolvimento da atividade. O resgate do social do trabalho pode contribuir para a transformação dessa realidade.

Desta forma a concepção de social em Vygotski ganha relevância em relação a outras abordagens do social em Psicologia, posto tratar-se de um social constitutivo do humano com foco na experiência interpretada por cada sujeito e também como fruto da interação, “[...] o homem é um ser social, que fora da interação com a sociedade ele nunca desenvolverá em si aquelas qualidades, aquelas propriedades que desenvolveria como resultado do desenvolvimento sistemático de toda a humanidade” (Vinha & Welcman, 2010 p. 697).

Essa compreensão de um social constituinte implica em superar as dicotomias individuo-social, mente-corpo, interno-externo dentre outras, no intuito de reconhecer as relações de alteridade como presentes historicamente na condição humana. “O social está lá, presente, mesmo quando estamos sozinhos; ele não está fora de nós mesmos, nem somente entre nós, ele está em nós, no espírito e no corpo de cada um de nós.” (Clot, 2006, p.23).

Clot (2006) aponta que esse social é passível de subversão tanto de significados quanto no uso de artefatos e que se configura como um espaço de conflitos inacabados, o que abre espaço para a criação e a recriação. O humano é movido por dois impulsos básicos, o da reprodução que através da memória pode conservar e reviver a experiência e a atividade criadora capaz de combinar, reelaborar e criar com elementos de experiências passadas novas normas e planejamentos (Vygotski, 2003).

Os processos criativos ocorrem desde a infância e não aparecem repentinamente, mas de forma gradual, indo de formas elementares a outras mais complexas, estando presentes não apenas nos gênios mais em toda a humanidade. Isto é, toda atividade imaginativa tem uma história (Vygotski, 2003).

A criança através do uso de jogos e brincadeiras reproduz o que vê e vai construindo sua própria expressão, o que demarca a importância do papel da imitação no processo criativo. A faculdade de combinar um elemento antigo com um novo está na base do processo de criação. “Por mais individual que pareça, toda criação encerra em si um coeficiente social” (Vygotski, 2003, p. 38, tradução nossa).

Nos processos de trabalho, esse potencial de criação, tem sido contraditoriamente solicitado e ao mesmo tempo impedido. Solicitado enquanto perfil profissional e diferencial competitivo e inibido frente às demandas da organização do trabalho em seus objetivos de controle e padronização.

A atividade criadora dos coletivos profissionais é capaz de projetar o futuro e modificar a situação presente. Esta atividade é composta pela imaginação que longe de ser irreal encontra-se no cerne de toda e qualquer produção cultural, desde a criação artística, científica e técnica (Vygotski, 2003). Por conta dessa abrangência, utilizaremos os elementos propostos por Vygotski (2003) em sua obra a imaginação e a arte na infância para fazer uma aproximação com a atividade profissional e o poder de agir do trabalhador.

Vygotski (2003) apresenta quatro formas básicas que ligam a atividade imaginativa com a realidade e que enfatizam a função vital da imaginação. A primeira forma apregoa que toda elucubração parte da realidade e das experiências anteriores dos homens, quanto mais rica a experiência humana tanto mais rica será a fonte da imaginação.

A segunda forma é mais complexa, pois envolve a combinação entre produtos da fantasia e fenômenos da realidade. Este enlace só é possível por conta da dimensão social da atividade criativa que se nutre das experiências alheias, posto ser possível mesmo sem uma experiência própria compreender ou até mesmo sentir uma experiência vivida por um outrem, neste caso é a experiência que se apoia na fantasia (Vygotski, 2003).

A terceira forma aponta para a influência dos aspectos emocionais que podem se manifestar externamente em termos de expressão corporal e internamente através da escolha de pensamentos, imagens e impressões capazes de expressar um estado de ânimo diferente da realidade exterior. “Todas as formas de representação criadora trazem em si elementos afetivos” (Vygotski, 2003, p.23, tradução nossa).

Espinosa, filósofo que influenciou a Psicologia Histórico-Cultural, em seu tratado sobre a ética, aponta para a impossibilidade do dualismo entre razão e afetividade, afirmando que o conhecimento dos afetos nos impede de sermos dominados (Spinoza, 2014). O humano é capaz de afetar e de ser afetado, sendo capaz inclusive de reter essas afecções, “isto é, as modificações nele causadas por essas interações (Gleizer, 2005, p. 22).

As paixões representam uma “presença violenta do exterior em nós”, no entanto não devem ser suprimidas e sim alteradas em sua dosagem de passividade e atividade. Essa terapêutica proposta por Espinosa sugere que as paixões possam ser então clarificadas, reinterpretadas, ordenadas e estabilizadas (Gleizer, 2005, p.50).

A quarta e última forma de relação entre a fantasia e a realidade aponta que a fantasia pode

representar algo completamente novo através da combinação dialética com elementos distintos que podem relacionar-se a partir de uma complexa reelaboração, passando a existir na realidade material. As necessidades, anseios e desejos são a fonte da ação criativa. Assim, “sentimento e pensamento movem a criação humana” (Vygotski, 2003, p. 25, tradução nossa)

Espinosa propõe o conceito de *conatus*, termo latino que significa esforço, que consiste em um instinto vital, uma tendência que todo ser tem, enquanto existe, de perseverar na sua própria existência. O *conatus* vai além do senso de autopreservação, representando a possibilidade de realização de toda a essência constituinte do humano (Spinoza, 2014).

Esse processo de realização depende da potência de ação e da característica transitiva dos afetos, que em sua passagem para uma maior perfeição constitui a alegria e em menor perfeição ou força de existir constitui a tristeza. Assim, pode-se compreender a influência dos afetos na vitalidade humana (Gleizer, 2005).

A relação entre a atividade e a afetividade é indissociável e vital para o desenvolvimento do poder de agir, “a emoção transforma, portanto, o organismo em instrumento psicológico” (Clot, 2014, p. 132).

O poder de agir é heterogêneo, ele aumenta ou diminui em função do sentido e da eficiência dinâmica do trabalho. Uma atividade esvaziada de sentido perde-se em seus objetivos e em potência de ação, perdendo sua vitalidade, através das migrações das emoções. O contrário também é possível, a descoberta de um novo objetivo pode gerar a renovação do sentido da ação. Desta forma, o sentido da atividade está ligado diretamente ao poder de agir. A eficiência está ligada ao uso de técnicas, a uma dinâmica econômica da atividade e não necessariamente ao uso dos fins e dos meios, nem somente a realização do que foi previsto. A eficácia consiste em “ser capaz de imaginar outra coisa, com os meios que se tornaram disponíveis” (Clot, 2010, P. 18).

Corroborando para essa compreensão do poder de agir, o conceito de sentido proposto por Vygotski como “acontecimento semântico particular,” caminho de compreensão do pensamento e linguagem, sendo construído nas relações sociais, no entanto de forma singularizada e contextualizada, portanto possui uma formação dinâmica, fluida, complexa e integradora das dimensões cognitivas e afetivas. Além disso, o sentido possui caráter ilimitado onde “articula-se dialeticamente zonas de estabilidade e instabilidade” que contribuem para a formação social do ser humano em seu processo de transformação e de criação (Barros *et al.*, 2009, p.

179 - 181).

A produção de sentidos favorece a tomada de consciência do sujeito o que por sua vez contribui na ampliação do poder de agir sobre a realidade. Para Vygotski a consciência configura-se como um sistema psíquico que se realiza no indivíduo partindo de suas bases histórico-culturais e constituindo-se como processo e produto do meio, do próprio eu e de suas vivências subjetivas. Esta consciência diferencia-se da percepção e do pensamento e representa uma relação ativa de compreensão ou conhecimento da realidade e que em seu desenvolvimento pode ser transformada, ganhando em autoconsciência e ampliando seu poder de agir através da produção de sentidos e da possibilidade de novas combinações e calibragem do poder de ação (Clot, 2014; Pedrosa, 2013; Toassa, 2006).

Diante das discussões em torno do poder de agir e da ação do coletivo profissional, cabe esclarecermos a concepção de saúde empregada pela clínica da atividade. Esta compreende que o campo da saúde está na possibilidade da tomada de consciência e da apropriação das experiências vividas enquanto instrumentos de ação na transformação da realidade e de si mesmo. No entanto, a experiência vivida, às vezes, mal vivida, pode não se realizar e persistir como atividade inibida, trazendo “o risco de uma desconexão com o sistema interfuncional da consciência” e sendo gerador de possíveis patologias (Clot, 2014, p. 130). Mas por conta do caráter conflitante da consciência, esta atividade vivida e ao mesmo tempo irrealizada configura-se como atividade na sua forma passiva podendo também vir a ser uma fonte potencial para o desenvolvimento da atividade da consciência.

A saúde nessa perspectiva pode ser compreendida como “um poder de ação sobre si e sobre o mundo, adquirido junto dos outros” (Clot, 2010, p.111). Ela está ligada àquilo que o sujeito consegue ou não mobilizar na sua atividade pessoal no espaço da atividade do outro e, inversamente, aquilo que ele consegue utilizar do campo do outro em sua atividade. Portanto “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de superar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações a norma habitual e de instituir novas normas em situações novas” (Canguilhem, 2002, p. 130).

A clínica da atividade de Yves Clot (2006, 2007, 2010) considera que a saúde não se opõe a doença, porém busca transformá-la em uma vivência, em um meio de agir. “A saúde não é o esquecimento da doença, mas o acesso dessa a outra função na vida do sujeito, ou seja, um novo uso da doença” (Clot, 2010, p.113).

A contribuição dessa clínica é principalmente metodológica, visto que as transformações só poderão ocorrer de forma duradoura através da ação dos coletivos de trabalho (Clot, 2010). Para análise da atividade são utilizados os métodos de instrução ao sócia e/ou a autoconfrontação simples e cruzada que objetivam a criação de conflito e controvérsias entre os pares, processos estes, necessários para o desenvolvimento da atividade e de seus desbloqueios (Osório, 2016). Como métodos dialógicos de intervenção e que possibilitam ao sujeito ver-se como outro de sua própria atividade e com isso pensar nos desenvolvimentos possíveis de sua ação, revivendo-a em um outro momento.

Na instrução ao sócia, a solicitação feita ao trabalhador é que ele imagine que possa vir a ser substituído em um dia de trabalho por outro, o sócia, e dessa forma descreva que instruções ele deve transmitir para que ninguém perceba que ele havia sido substituído. A partir desse procedimento é criado um protocolo de análise que deve atentar aos gestos, gênero e estilo da atividade desempenhada (Clot, 2007, 2010).

Já na autoconfrontação simples, o trabalhador se confronta com sua imagem filmada em uma sequência de atividade e faz os comentários na presença do psicólogo que conduz a intervenção. Na autoconfrontação cruzada, dois trabalhadores se confrontam com a mesma imagem filmada da autoconfrontação simples, na presença do psicólogo e de um colega de trabalho que desempenha as mesmas atividades e que também tenha passado por uma autoconfrontação simples, analisando a mesma sequência de atividade do seu par onde um irá comentar a atividade do outro. Trata-se de um procedimento complexo no qual o movimento dialógico reenvia os protagonistas a outras dimensões do real da atividade em busca da internalização das astúcias de seu coletivo profissional, instigando a atividade criadora dos trabalhadores (Osório, 2016).

Essa preocupação com o método impõe consequências inclusive para o pesquisador que não apenas constata algo, mas, trabalha em cima dos dados construídos no decurso da intervenção e na perspectiva de compreender passa também a intervir na realidade, fazendo da investigação científica uma prática social (Vygotski, 2007).

Conforme Clot (2010, p.117), o procedimento indicado acima “propõe a implementação de um dispositivo metodológico destinado a tornar-se um instrumento para a ação dos próprios coletivos de trabalho”. Desta maneira, possibilita-se um enquadramento para que o trabalho se torne objeto de

pensamento do trabalhador, com o intuito de ampliar seu raio de ação e desenvolver seu poder de agir.

O poder de agir dos trabalhadores, e com isso seus impedimentos e possibilidades de transformação na busca pela construção da saúde, pode ser desenvolvido a partir das mudanças advindas das reflexões e debates suscitados ao longo da intervenção e no modo como essas transformações favorecem a saúde deles na busca pela realização de um “trabalho bem feito”. Cabe lembrar, segundo Clot (2010), que o trabalho bem feito refere-se à possibilidade de reconhecer-se individual e coletivamente no trabalho e está relacionado a uma história profissional do ofício, para qual o trabalhador se sente responsável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do homem com o trabalho dentro do contexto capitalista, longe da ilusão de autonomia propagada pelo mercado e pela mídia, tem se configurado ainda hoje como uma relação de alienação e submissão ao reino da necessidade. O trabalho tem se caracterizado muito mais como uma forma de escravidão as necessidades naturais e materiais, fazendo com que o homem se sujeite ao domínio alheio (Toassa, 2014).

Este contexto, favorável ao individualismo e a competição, são geradores de re-ações motivadas por desejos nascidos de afetos tristes, como a culpa e o ressentimento, experimentados nos maus encontros entre os homens que se exprimem através da alienação, da contraditoriedade, da violência e da fraqueza que configuram-se como sofrimento ético político, principal componente da psicopatologia do trabalho (Sawaia, 2014).

Desta forma, em relação ao objetivo de demarcar as bases histórico-culturais da Clínica da Atividade como uma proposta de Psicologia Social do Trabalho foi possível discutir como os autores da Psicologia Histórico-cultural contribuíram para o desenvolvimento dos conceitos centrais para a Clínica da Atividade, tais como atividade e poder de agir. Trazendo contribuições para a discussão em torno da ampliação do poder de agir do trabalhador e apontando para o desenvolvimento da atividade como caminho de saúde.

Como indícios para novas investigações e produção do conhecimento da Psicologia Social e do Trabalho sugerimos a redescoberta da categoria atividade e sua potencia de ação e liberdade como fundamental na construção de uma relação mais saudável entre o homem e o trabalho. O aspecto volitivo da consciência em Vygotski, a articulação intrínseca entre atividade e afetividade e seu conceito de zona de

desenvolvimento proximal como possibilidade de bons encontros constituem-se como pistas nesse processo de resgate da função psicológica do trabalho.

Além disso, a noção de ética em Espinosa, ligada aos afetos e a busca pelo comum como ideia reguladora de uma ação política impõe novos dimensionamentos para uma psicologia social crítica do trabalho, pois propõe:

Um trabalho de tradução das ações coletivas e individuais em potência constituinte, que se inicia desbloqueando o sentimento que transforma cada indivíduo solitário em parte de um todo maior, realizado em qualquer que seja o espaço de atuação profissional do psicólogo social: políticas públicas, consultórios, comunidade, movimentos sociais, territórios e instituições (Sawaia, 2014, p. 13).

Destacamos como limitações desse estudo a ainda não disseminada produção sobre o tema. Visto que os estudos em Clínica da Atividade datam do final da década de 1990, com suas formulações teóricas mais consistentes nos últimos 18 anos. Além disso, esse estudo foi de natureza eminentemente teórica, sendo necessário um aprofundamento em sua perspectiva interventiva.

Dessa forma, muitas são as implicações éticas e teórico-metodológicas da atuação do psicólogo, que deve cuidar para não perder de vista a dimensão integradora, não se atendo ao idealismo psicologizante e nem ao objetivismo. Seu foco deve permear a promoção, assistência e prevenção da atividade criadora e transformadora do homem e de seu poder de agir em comum.

O resgate do poder de agir se apresenta como caminho de saúde e liberdade a todos os trabalhadores, inclusive ao trabalho do psicólogo, que ao funcionar como um mediador do surgimento do coletivo de trabalho de uma categoria, pode também observar não apenas ao trabalhador em sua atividade, mas, a si mesmo no desenvolvimento de seu ofício e a medida que apropria-se da experiência do trabalho do outro consegue utilizar essa vivência como instrumento prático, auto-reflexivo, dialógico e interventivo.

Assim, a configuração do social buscada aqui fica mais esclarecida:

O mundo social para Vygotski, não é um mundo de restrições. É primeiramente um mundo possível de subversão de significados e de artefatos e, em segundo lugar, um

mundo de conflitos inacabados, no qual podemos tomar nosso lugar. E, precisamente, porque é inacabado, podemos colocar nele algo nosso (Clot, 2006, p. 25).

Esse artigo finaliza-se com essa concepção de incompletude, no entanto com a certeza de ter dado mais um passo no resgate do trabalho decente, como ação mediada, e na construção de um social vivo com potencia de ação para subsidiar uma psicologia crítica e concreta.

Referências

- Barros, J. P. P. (2012). Contribuições de Vigotski e Bakhtin para o conceito de "social" na psicologia. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 7 (1), 121 – 129.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C., Pascual, J. G., Colaço, V. F. R., & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia e sociedade*, 21, 174-181.
- Bendassolli, P. F. (2012). Psicologia do trabalho como psicologia da ação: o aporte das teorias da atividade. *PSICO Porto Alegre: PUCRS*, 43 (3), 341-349, julho-setembro.
- Borsoi, I. C. F. (2007). Da relação entre trabalho e saúde a relação entre trabalho e saúde mental. *Psicologia e Sociedade*, 19 (especial), 103-111.
- Canguilhem, G. (2002). *O normal e o patológico* (5 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Clot, Y. (2006). Vygotski: para além da psicologia cognitiva. *Pró-posições*, 17, 19-30.
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica do trabalho* (2 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Clot, Y. (2010). Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Artefactum.
- Clot, Y. (2013). *Trabajo, precariedad y salud*. In: TEJERINA, CAVIA, FORTINO (ORGs). *Crisis y precariedad vital*. Madri: Jose Angel Calderón Ed.
- Clot, Y. (2014). Vygotski: a consciência como relação. *Psicologia e sociedade*, 26 (especial 2), 24-139.
- Farr, M. R. (2013). *As raízes da psicologia social moderna* (11 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, M. C. (2015). Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho: lugar, importância e contribuição da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 40 (131), 18-29. Recuperado em 21 outubro, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000074413>
- Gleizer, M. A. (2005). *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez Rey, F. L. (2007). O encontro da psicologia social brasileira com a psicologia soviética. *Psicologia e Sociedade*, 19, 57-61.
- Grisci, C.L.I. & Lazzarotto, G.R. (1998). Psicologia social do trabalho. In: JACQUES, M.G.C. et al. *Psicologia social contemporânea* (3 ed. P 56-73). Petrópolis: Vozes.
- Hohendorff, J. V. (2014). Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: S. H. Koller, M. C. Couto, & J. V. Hohendorff, *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.
- Leontiev, A. N. (1978). Atividade, Consciência e Personalidade. (M. S. C. Martins, Trad) In: www.marxists.org/portugues/leontiev/1978/activ_person/index.htm.
- Osório, C. (2016). Pesquisa e intervenção: movimentos que se cruzam e coexistem, em mútua interferência. In: L. Banks-Leite; A. L. B. Smolka; D. D. Anjos (Orgs.), *Dialogos na perspectiva historico-cultural: interlocuções com a Clínica da Atividade*. (pp. 153-168). Campinas: Mercado de Letras.
- Pedrosa, C. H. (2013). O conceito de consciência em Vygotski: uma aproximação pela comparação de duas leituras. *Revista semestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional*, 17, 233-237.
- Piccolo, G. M. (2012). Historicizando a teoria da atividade: do embate ao debate. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 283-292. Recuperado 21 outubro, 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200005
- Sawaia, B. B. (2002). Psicologia social laneana, conhecida fora do país como a escola da São Paulo. *Silvia Lane* (Vol. 8, pp. 37-81). Rio de Janeiro: Imago.

- Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: um objeto pertinente a psicologia social. *Psicologia e sociedade*, 26 (número especial 2), 4-17
- Sena & Silva, M. F. (2004). A psicologia social e a psicologia (social) do trabalho *Psicologia social: desdobramentos e aplicações* (pp. 93-114). São Paulo: Escrituras.
- Spinoza, B. (2014). *Ética* (2ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Toassa, G. (2006). Conceito de consciência em Vigotski. *Psicologia USP*, 17(2), 59-83.
- Toassa, G. (2014). Relações entre comunicação, vivência e discurso em Vigotski: observações introdutórias. *Psicologia da Educação*, (39), 15-22. Recuperado em 25 outubro, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Vinha, M. P., & Welcman, M. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedagogia, Lev Semionovich Vigotski. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701. Recuperado em 12 abril, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>
- Vygotski, L. S. (1991). *Obras escogidas: problemas teóricos y metodológicos de la psicología* (Tomo. I). Madrid: visor.
- Vygotski, L. S. (2000). *Pensamento e linguagem* (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (2003). *La imaginación y la arte en la infancia* (6 ed.). Madrid.
- Vygotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

RECEBIDO EM: 16/06/2017

PRIMEIRA DECISÃO EDITORIAL: 16/10/2017

VERSÃO FINAL: 28/10/2017

APROVADO EM: 16/11/2017